Crimes tributários como crimes antecedentes da lavagem de dinheiro

Dr Alexander Ressos, TEP
Attorney-at-Law (Switzerland and Germany),
Solicitor (England & Wales and Hong Kong)
Of Counsel, KGP Legal LLC
alexander.ressos@kgplegal.com.sg
www.ressos.com.sg

A revisão do GAFI de 2012

A troca de informações tributárias diz respeito à relação entre Estados. Já a qualificação dos crimes tributários como crimes antecedentes da lavagem de dinheiro diz respeito à conduta dos próprios bancos. Ela transforma a evasão fiscal de um cliente em possível fonte de produto do crime, que o banco não pode ajudar a ocultar. O Grupo de Ação Financeira Internacional (GAFI) revisou suas Recomendações em fevereiro de 2012 e exigiu que as jurisdições incluíssem os crimes tributários graves entre os crimes antecedentes, deixando a cada jurisdição a tarefa de definir quais crimes tributários considerava graves.[1]

Singapura já havia preparado o terreno. Em setembro de 2011, a Monetary Authority of Singapore (MAS) lembrou às instituições financeiras que se mantivessem vigilantes diante de entradas suspeitas de recursos, na expectativa de acordos entre jurisdições estrangeiras para resolver pendências tributárias. Em um discurso de abertura em 27 de outubro de 2011, o Managing Director da MAS, Ravi Menon,

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

anunciou a intenção de criminalizar a lavagem do produto de crimes tributários graves.[2] O momento não foi casual. Segundo o Ministério das Finanças, a MAS agiu em resposta aos tratados sobre imposto retido na fonte então negociados e assinados na Europa, que faziam prever o deslocamento de dinheiro europeu não declarado de bancos suíços para a Ásia.[3]

Os crimes designados

Em 9 de outubro de 2012, a MAS publicou um documento de consulta sobre a designação. Nele explicava que a evasão fiscal dolosa e a fraudulenta eram crimes tributários graves, envolvendo omissões, falsificações ou condutas fraudulentas com a intenção de sonegar tributos. Singapura designaria os crimes previstos nas seções 96 e 96A do Income Tax Act e nas seções 62 e 63 do Goods and Services Tax Act. O segundo anexo (Second Schedule) do Corruption, Drug Trafficking and Other Serious Crimes (Confiscation of Benefits) Act (CDSA, a lei sobre o confisco dos benefícios de crimes graves) seria alterado em conformidade, com efeitos a partir de 1º de julho de 2013. O documento de consulta observava que os crimes tributários se juntariam a uma lista de mais de 400 crimes antecedentes já existentes. Citava a Austrália, Hong Kong, os Países Baixos e o Reino Unido entre os centros financeiros que já haviam designado crimes tributários.[4]

Os dois crimes relativos ao imposto de renda diferem em gravidade. A seção 96 abrange a evasão dolosa por omissão de rendimentos, declarações falsas ou respostas falsas e prevê uma penalidade de três vezes o imposto recolhido a menor, multa de até S$ 10.000 e prisão de até três anos. A seção 96A abrange a evasão fraudulenta grave por meio de livros ou registros falsos ou de qualquer fraude, artifício ou ardil. Prevê uma penalidade de quatro vezes o imposto recolhido a menor, multa de até S$ 50.000 e prisão de até cinco anos.[5] Erros culposos e a mera omissão na entrega da declaração não estão abrangidos. O conceito suíço de crime fiscal qualificado, examinado adiante, traça a linha de outra forma.

Os tipos de lavagem de dinheiro do CDSA aplicam-se integralmente ao produto desses crimes. Quem ajuda outra pessoa a reter os benefícios de uma conduta criminosa, ou os oculta, converte ou transfere, fica sujeito a multa de até S$ 500.000,

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

prisão de até dez anos ou ambas.[6] Para um gerente de relacionamento, a designação mudou, portanto, a natureza do risco. Ajudar um cliente a manter patrimônio não declarado fora do alcance das autoridades de seu país deixou de ser uma opção comercial e passou a ser um possível crime em Singapura.

Crimes tributários estrangeiros e dupla incriminação

A questão decisiva para um centro de gestão patrimonial era a evasão fiscal estrangeira. Nos termos da seção 2(1) do CDSA, um "foreign serious offence" é um crime previsto na lei de um país estrangeiro que teria constituído crime grave se a conduta tivesse ocorrido em Singapura. A resposta da MAS à consulta, publicada em 28 de março de 2013, extraiu as consequências. Singapura aplica a dupla incriminação ao auxílio jurídico mútuo e ao dever legal de comunicação. A evasão de um tributo estrangeiro de um tipo que Singapura não cobra, como um imposto sobre heranças ou um imposto sobre a fortuna, não é, portanto, um foreign serious offence.[7]

A MAS recusou-se a deixar que esse limite técnico se tornasse uma brecha. Distinguiu três hipóteses. Quando um banco sabe ou suspeita que o patrimônio de um cliente é produto da evasão de um tributo estrangeiro de um tipo que Singapura cobra, deve apresentar uma comunicação de operação suspeita e fica protegido contra qualquer violação do dever de sigilo. Quando não tem certeza se o tributo estrangeiro corresponde a um tributo de Singapura, também deve comunicar e goza da mesma proteção. Quando tem certeza de que o tributo não tem equivalente em Singapura, não é obrigado a comunicar. Uma comunicação voluntária nesse caso não goza da proteção legal. Nas três hipóteses, porém, a MAS espera que os bancos apliquem seus controles de risco para impedir a manutenção de ativos suspeitos de provir de evasão fiscal dolosa ou fraudulenta, "be it a domestic or a foreign offence".[8]

Expectativas da supervisão

Essa expectativa da supervisão foi desde então incorporada às diretrizes das notices de combate à lavagem de dinheiro. As diretrizes vigentes da MAS Notice 626, destinada aos bancos, estabelecem que se espera dos bancos que recusem um

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

potencial cliente quando houver fundadas razões para suspeitar que seu patrimônio é produto de crimes graves, incluindo a evasão fiscal dolosa e a fraudulenta. Em um relacionamento existente, a suspeita exige monitoramento reforçado e, se for o caso, o encerramento. O banco que deseje manter o cliente precisa da aprovação da alta administração, com justificativa documentada. As diretrizes aplicam isso expressamente aos crimes tributários estrangeiros graves, mesmo quando Singapura não tem tributo equivalente.[9]

O apêndice B das diretrizes enumera indícios de operações suspeitas de natureza tributária. Entre eles estão notícias negativas na mídia relacionadas a tributos, uma finalidade pouco clara para a abertura de contas em Singapura e grandes transferências de ou para jurisdições com maior risco de evasão fiscal que o cliente não consegue justificar razoavelmente. Outros indícios são o reinvestimento de recursos no país de origem do cliente após trânsito por um paraíso fiscal, contas geridas por gestores externos de patrimônio insuficientemente supervisionados, operações com metais preciosos incompatíveis com o perfil do cliente e o uso injustificado de cofres de aluguel.[10] A lista parece um inventário das técnicas do antigo negócio offshore. Cada uma delas deve agora ser tratada como sinal de alerta.

Aplicação da lei e cooperação internacional

A avaliação nacional de riscos de lavagem de dinheiro de 2024 inclui os crimes tributários entre as principais ameaças a Singapura, ao lado da fraude, do crime organizado, da corrupção e da lavagem de dinheiro baseada no comércio. Observa que Singapura, como polo de gestão patrimonial, “is inherently exposed to ML involving tax crime proceeds originating from abroad”. No fim de 2022, gestores de ativos sediados em Singapura administravam S$ 4,9 trilhões, dos quais 76% provinham de fora de Singapura. O relatório registra um aumento dos pedidos estrangeiros recebidos relativos a crimes tributários e o papel de pessoas jurídicas e estruturas jurídicas na lavagem do produto de crimes tributários estrangeiros.[11]

O mesmo relatório descreve casos que mostram o novo regime em funcionamento. Em um deles, o Commercial Affairs Department apreendeu S$ 3,5 milhões em contas bancárias de Singapura pertencentes a sociedades detidas por meio de

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

estruturas de trust. Uma trust company licenciada em Singapura as teria constituído para ocultar a titularidade efetiva de um cidadão norte-americano sobre patrimônio não declarado. Os valores foram ao final devolvidos ao governo norte-americano, no âmbito de um acordo com o contribuinte. Em outro, informações compartilhadas espontaneamente pelas autoridades de Singapura com o Reino Unido ajudaram a obter a condenação de Bernie Ecclestone, em 12 de outubro de 2023, por não ter declarado um trust com mais de £ 416 milhões. Ele recebeu uma pena de dezessete meses com suspensão condicional e pagou mais de £ 650 milhões em relação à sua situação tributária.[12] A responsabilidade individual dos bancos e de seus dirigentes nesses casos é examinada no capítulo V da parte H.

Notas

1. Monetary Authority of Singapore, *Consultation Paper on Designation of Tax Crimes as Money Laundering Predicate Offences in Singapore*, P019-2012, 9 de outubro de 2012, prefácio e par. 1: revisão das Recomendações do GAFI em fevereiro de 2012; as jurisdições "may decide on the definition and range of tax crimes which it considers serious". ↩
2. MAS, Consultation Paper P019-2012, prefácio, par. 1 e nota 1: lembrete da MAS às instituições financeiras em setembro de 2011; intenção política divulgada em outubro de 2011 em discurso de abertura de Ravi Menon no Wealth Management Institute Connection, em 27 de outubro de 2011. ↩
3. Ministério das Finanças, comunicado à imprensa de 14 de maio de 2013, nota 2: "In Sep 2011, in response to withholding tax treaties being negotiated and signed in Europe", a MAS determinou às instituições financeiras de Singapura que se precavessem contra possíveis entradas de recursos ilícitos. ↩
4. MAS, Consultation Paper P019-2012, pars. 2–3: designação dos crimes tributários "under s.96 and s.96A of the Income Tax Act and s.62 and s.63 of the Goods and Services Tax Act"; alteração do Second Schedule do CDSA até junho de 2013; criminalização a partir de 1º de julho de 2013; MAS, "MAS to Designate Tax Crimes as Money Laundering Predicate Offences", comunicado à imprensa de 9 de outubro de 2012. Consultation Paper P019-2012, prefácio,

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

par. 3: designação comparável à de jurisdições da OCDE e de importantes centros financeiros “such as Australia, Hong Kong, Netherlands and the UK”; “the latest addition to the list of over 400 other ML predicate offences”. ↩

5. Income Tax Act 1947, seções 96(1) e 96A(1), conforme reproduzidas por LawPlayer (lawplayer.com/sg/article/ITA1947/96 e /96A, acesso em novembro de 2026): seção 96, intenção dolosa de sonegar tributo, penalidade tripla, multa não superior a $ 10.000 ou prisão não superior a 3 anos; seção 96A, livros ou registros falsos ou “fraud, art, or contrivance”, penalidade de quatro vezes o imposto, multa não superior a $ 50.000 ou prisão não superior a 5 anos. ↩

6. Corruption, Drug Trafficking and Other Serious Crimes (Confiscation of Benefits) Act 1992, seções 51(5) e 54(5), conforme reproduzidas por LawPlayer (lawplayer.com/sg/act/CDTOSCCBA1992, acesso em novembro de 2026): para pessoa física, “a fine not exceeding $500,000 or … imprisonment for a term not exceeding 10 years or … both”. ↩

7. Corruption, Drug Trafficking and Other Serious Crimes (Confiscation of Benefits) Act 1992, seção 2(1), conforme reproduzida por LawPlayer (acesso em novembro de 2026): “foreign serious offence” significa “an offence (other than a foreign drug dealing offence) against the law of a foreign country or part thereof” quando a ação ou omissão teria constituído crime grave se tivesse ocorrido em Singapura. MAS, *Response to Feedback Received – Consultation Paper to Designate Tax Crimes as Money Laundering Predicate Offences in Singapore*, 28 de março de 2013, pars. 3.3 e 3.7: a dupla incriminação aplica-se aos crimes tributários para fins de auxílio jurídico mútuo e de apresentação de STR; “a foreign tax evasion offence is not a ‘foreign serious offence’ under the CDSA if it relates to a type of tax not imposed by Singapore”. ↩

8. MAS, Response to Feedback de 28 de março de 2013, pars. 3.4–3.7 e figura 1: caso A, comunicação obrigatória com proteção nos termos do CDSA; caso B (incerteza), comunicação obrigatória com proteção; caso C (inexistência de tributo equivalente em Singapura), sem obrigação de comunicar e sem proteção legal para uma comunicação voluntária; remissão à seção 39(1) e (6)

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

do CDSA. Ibid., pars. 3.2–3.3: as instituições financeiras devem "prevent the holding of assets where there are reasonable grounds to suspect that they are the proceeds of wilful or fraudulent tax evasion (be it a domestic or a foreign offence)", mesmo quando o tributo estrangeiro não tem equivalente em Singapura. ↩

9. MAS, *Guidelines to MAS Notice 626 on Prevention of Money Laundering and Countering the Financing of Terrorism*, 28 de março de 2024, revisadas pela última vez em 1º de julho de 2025, par. 8-6-6: espera-se que os bancos recusem um potencial cliente "where there are reasonable grounds to suspect that the customer's assets are the proceeds of serious crimes, including wilful and fraudulent tax evasion"; monitoramento reforçado, encerramento ou aprovação da alta administração para clientes existentes; aplicação a "serious foreign tax offences, even if the foreign offence is in relation to the type of tax for which an equivalent obligation does not exist in Singapore". ↩

10. MAS, Guidelines to MAS Notice 626 (versão de 1º de julho de 2025), apêndice B, par. B-9, "Tax Crimes Related Transactions", itens (i) a (x), incluindo notícias negativas de natureza tributária, "Unconvincing or unclear purpose or motivation for having accounts opened in Singapore", operações de ida e volta (round-tripping) por um paraíso fiscal, contas geridas por gestores externos de patrimônio insuficientemente regulados, metais preciosos e cofres de aluguel, e a participação em um programa de anistia fiscal (Tax Amnesty Programme). ↩

11. Singapura, *Money Laundering National Risk Assessment 2024*, pars. 3.2 e 6.2.17–6.2.18: crimes tributários entre as principais ameaças de lavagem de dinheiro; Singapura "is inherently exposed to ML involving tax crime proceeds originating from abroad"; S$ 4,9 trilhões administrados no fim de 2022, 76% provenientes de fora de Singapura; aumento dos pedidos estrangeiros recebidos sobre crimes tributários; STRs relativas a crimes tributários frequentemente ligadas a notícias negativas ou à participação em programas estrangeiros de anistia fiscal. ↩

12. *Money Laundering National Risk Assessment 2024*, estudo de caso 8: uma trust company licenciada em Singapura teria constituído estruturas de trust para

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

um cidadão norte-americano a fim de ocultar a titularidade efetiva; ativos canalizados de uma fundação para contas societárias em Singapura de 2012 a 2017; o CAD apreendeu S$ 3,5 milhões; valores devolvidos ao governo dos EUA; investigações sobre a trust company em andamento. Ibid., estudo de caso 1: as autoridades de Singapura compartilharam proativamente informações com o Reino Unido por canais da UIF e das autoridades policiais; condenação de Bernie Ecclestone em 12 de outubro de 2023; trust não declarado com mais de £ 416 milhões; pena de 17 meses com suspensão por dois anos; pagamento de mais de £ 650 milhões. ↩

Disclaimer

This article is provided for general information only. It is based on publicly available sources as at its date of publication. These sources have not been independently verified against licences, regulatory registers or the records of the entities concerned. It is not legal, tax, financial or investment advice. Nor is it a recommendation to invest in, transact with or use the services of any entity mentioned. Law and regulation change frequently, so the content may be incomplete or outdated. To the fullest extent permitted by law, Dr Alexander Ressos and the publisher of SingaporeIQ exclude all liability for loss or damage arising from the use of or reliance on this article. Readers should obtain advice on their specific circumstances before acting or refraining from action.

Names and trademarks of the entities discussed belong to their owners and are used for identification only. Their mention implies no endorsement, affiliation or allegation of wrongdoing. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. Corrections and updates: contact@ressos.com.

© 2026 Dr Alexander Ressos. This article may be quoted with attribution to SingaporeIQ (SingaporeIQ.com). Reproduction in full and any commercial use require prior written consent. The Legal Terms at https://singaporeiq.com/legal-terms apply.

Author contact: Dr Alexander Ressos, TEP · contact@ressos.com